

LITERATURA INFANTIL E IDENTIDADE: ANÁLISE DA OBRA “O CABELO DE LELÊ”

CHILDREN'S LITERATURE AND IDENTITY: AN ANALYSIS OF THE BOOK “O CABELO DE LELÊ”

Thaís GONÇALVES^{1,2}; Paula Nascimento da Silva MOURA^{1,3}

¹Centro Universitário Hermínio Ometto – FHO|UNIARARAS

²Graduada em Pedagogia

³Profa. Dra. do curso de Graduação em Pedagogia

Autora responsável: Thaís Gonçalves. Endereço: Av. Maximiliano Baruto, n. 500, Jardim
Universitário, Araras – SP. CEP. 13.607-339, e-mail: <thays-goncalves@hotmail.com>

RESUMO

Diante do problema estrutural-colonial-racial, ético e epistêmico que afeta a sociedade brasileira, no que diz respeito à constituição das relações étnico-raciais e sua ligação com a escolarização na primeira infância, este artigo tem como propósito abordar a influência da literatura na construção da identidade racial de crianças que frequentam a Educação Infantil. Desta forma, busca-se compreender como ocorre a construção identitária a partir da socialização ao longo da primeira infância e quais os impactos da escola nesse processo. Para abordar essas questões, apresenta-se um histórico da literatura infantil e, em seguida, analisa-se uma obra de literatura infantil presente na prática pedagógica de escolas de Educação Infantil do município de Araras-SP, no sentido de investigar as influências do uso desse material na construção da identidade racial de crianças afrodescendentes. Os estudos e análises mostraram que o livro examinado apresenta elementos importantes para o cumprimento dos objetivos a que se propõe. Entretanto, em uma análise geral sobre a literatura infantil afro-brasileira, com base na bibliografia de referência, compreendeu-se que tal literatura é ainda incipiente, permanecendo o desafio de enriquecê-la no sentido de contribuir para a construção da identidade racial na infância.

Palavras-chave: Identidade; Literatura Infantil; Educação Infantil.

ABSTRACT

Considering the structural-colonial-racial, ethical and epistemic problem that affects Brazilian society, with regard to the constitution of ethnic-racial relations and its connection with early childhood schooling, this article aims to address the influence of literature on racial identity construction of children attending Early Childhood Education. In this way, it is sought to understand how the identity construction occurs from the socialization during the early childhood and what the impacts of the school in this process. To address these issues, a historical of children's literature is presented and then a book of children's literature present in the pedagogical practice of schools of Early Childhood in the city of Araras, state of São Paulo, is analyzed in order to investigate the influence of the use of this material, with regard to construction of the racial identity of Afro-descendant children. Studies and analyses have shown that the book examined presents important elements for the achievement of the objectives that proposes itself. However, in a general analysis of Afro-Brazilian children's literature, based on the reference bibliography, it was understood that such literature is still incipient, remaining the challenge of enriching it in order to contribute to the construction of racial identity in childhood.

Keywords: Identity; Children's Literature; Early Child Education.

INTRODUÇÃO

A literatura afro-brasileira e a sua influência na construção da identidade infantil é um tema relevante, sobretudo, por estar amparado em documentos legais, entre eles: a Constituição Federal (1988), que garante o combate a estereótipos e preconceitos; a Lei n. 10.639/03, que prevê o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, modificando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996); e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004). Esses documentos regulamentam uma educação voltada para as relações étnico-raciais, que visam auxiliar a construção de uma identidade livre de preconceitos e plena de direitos.

O presente artigo aborda autores que fazem uma ponte entre cultura, legislação e práticas pedagógicas, perpassando por Stuart Hall (2006), cujas reflexões são alicerçadas em uma identidade pós-moderna, e Cavalleiro (2001), que se apoia em ideias relacionadas à superação do racismo no ambiente educacional.

O texto está organizado em seções. Em um primeiro momento, esclarece como ocorre a construção da identidade negra ao longo da socialização.

Em seguida, apresenta tanto as contribuições da escola para o processo de formação identitária quanto as leis que garantem a oferta da educação orientada para as relações étnico-raciais.

A última seção expõe o contexto histórico do surgimento da literatura infantil afro-brasileira buscando explicar os avanços desse gênero, por meio de análises realizadas por outros autores, e, desta maneira, fornecendo subsídios históricos para a análise do livro infantil “O cabelo de Lelê”.

1. Construção da identidade negra

A identidade é construída de forma gradual ao longo do tempo e em processos inconscientes. Desta maneira, pode-se dizer que não se trata de algo inato, uma vez que se constitui em diversas transformações. Assim, ao longo de seu desenvolvimento, o ser humano busca uma falsa plenitude de si mesmo. Hall (2006, p. 39) ressalta que “[...] em vez de falar em identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento”. Logo, o

sujeito constrói sua identidade por meio do processo de socialização, isto é, a partir de uma perspectiva de como o outro o vê.

Segundo Hall (2006), a cultura nacional se faz presente nesse processo de construção da identidade, uma vez que a sociedade na qual e com qual os sujeitos constroem sua identidade está imersa nas instituições, nos símbolos e nas representações dessa cultura. Ainda de acordo com Hall (2006, p. 59), “[...] uma cultura nacional busca unificá-los [os sujeitos] numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional” e, assim, exercer poder cultural sobre as identidades.

O poder cultural de homogeneização se faz presente na construção da identidade negra. De acordo com Fanon (2008), a população de matriz africana sofre uma crise existencial quanto à sua identidade em virtude do processo de colonização, que sepultou sua cultural original. Tal como ressalta Santos,

O fim do regime escravista não aboliu por completo a visão que hierarquiza as culturas e classifica as pessoas mediante a cor da pele, o formato do nariz, a cor dos olhos e a textura dos cabelos (SANTOS, 2001, p. 98).

Nesse sentido, Gomes (2001) expõe a dificuldade que a sociedade brasileira tem de se reconhecer, como povo multicultural, por efeito do processo histórico de negação e homogeneização racial impregnada no país, onde afro-brasileiros têm medo de reconhecer sua herança cultural africana. Com base nessa conjuntura histórica, Gomes (2001, p. 89) afirma que “[...] ser negro, no Brasil, possui uma complexidade maior e não se restringe a um lado biológico. É uma postura política”, ou seja, é questão de assumir um elo com sua cultura ancestral de origem africana, a qual é ressignificada no Brasil.

Esse ato político se configura como uma autoafirmação que ocorre por meio do processo de identificação racial construído na relação entre sujeitos, o qual depende de fatores externos determinados pelo contexto histórico-cultural. E esse processo reconhecimento da própria origem étnica resulta na construção de um sujeito político (GOMES, 2001).

As práticas ideológicas racistas advêm de um processo histórico de negação identitária, em que o próprio negro é conduzido a desejar, a

assimilar e a projetar o padrão de identificação do branco como hegemônico, renegando sua ancestralidade e história étnico-racial. Assim, instaurou-se uma violência racial simbólica, o que prejudica a construção de uma imagem positiva de pessoas negras até os dias atuais.

Belotti e Souza apud Nascimento (2001) acrescentam que o preconceito e os estereótipos são internalizados ainda na infância, mediante uma escolarização repleta de ideologias racistas. Cavalleiro (2001, p. 156) reforça o entendimento dessa ideologia ao afirmar que

[...] melhor do que chamá-la [a criança] de “moreninha” para disfarçar a sua negritude é cuidar para que ela receba atenção, carinho e estímulos para poder elaborar sua identidade racial de modo positivo.

Seguindo essa mesma perspectiva, Romão (2001) afirma que ninguém nasce com baixa autoestima; ela é construída nas relações sociais e históricas. Além disso, como exposto por Carvalho (2012), o processo de socialização insere a criança na cultura nacional de maneira homogeneizadora, sendo seus resultados imprevisíveis.

Esses fatores contribuem para que, na infância, a realidade exterior seja internalizada; conseqüentemente, a personalidade passa a ser controlada por elementos externos (ROMÃO, 2001). Assim, ser diferente e assumir uma identidade racial são princípios que constituem a formação humana em contexto histórico-social e, no caso da identificação negra ou afro-brasileira, o ato de resistência político-cultural (GOMES, 2001).

A próxima seção visa analisar a participação da escola na construção da identidade negra, pois é neste ambiente que ocorre grande parte do processo formativo da criança.

2. Construção da identidade negra e sua relação com a escola

A construção da identidade negra é um direito amparado pela Constituição Federal (BRASIL, 1988), que garante o combate a estereótipos e preconceitos. Assim sendo, vale ressaltar que a escola, enquanto ambiente transformador, possui um papel ímpar nesse processo.

Com a implementação da Lei n. 10.639/03, ocorre a alteração da Lei 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e torna

o ensino da “História e Cultura Afro-Brasileira” conteúdo obrigatório nos Ensinos Fundamental e Médio (BRASIL, 2003). Já as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais (2004) contemplam todos os níveis de educação, incluindo a Educação Infantil e o Ensino Superior, de modo a estabelecer a inserção da questão racial como parte da matriz curricular dos cursos de licenciatura. Esse documento visa à valorização do âmbito histórico por meio da inserção democrática e identitária do negro como cidadão pleno de direitos e atuante na construção da sociedade brasileira, reparando, assim, desvantagens cristalizadas na estrutura social (BRASIL, 2004).

Com base nas Diretrizes, os sistemas de ensino terão a incumbência de abranger em diversos componentes curriculares a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, “[...] como conteúdo de disciplinas, particularmente, Educação Artística, Literatura e História do Brasil” (BRASIL, 2004, p. 21).

Tais Diretrizes se fazem necessárias na medida em que, como ressalta Gomes (2001), a escola tem desconsiderado a história de luta dos negros em busca de uma educação democrática, de maneira que as práticas educativas acabam homogeneizando os alunos, não reconhecendo as diferenças e reproduzindo formas de dominação. A construção de uma prática pedagógica democrática implica reconhecer a diversidade e repensar o currículo incluindo a questão racial, isto é, articulando educação, cidadania e raça.

Além disso, um material pedagógico que não contempla a diversidade dos alunos reforça a ideia de que apenas um grupo da sociedade é importante, incutindo nestes sujeitos a falsa concepção de superioridade racial branca, que não faz menção à variedade cultural do Brasil (CAVALLEIRO, 2001).

Cavalleiro (2001, p. 153) acrescenta que

Certas lendas e contos tradicionais omitem a trajetória de luta do povo negro e servem mais para constranger a criança negra perante as outras do que para promover a aceitação e o respeito à diversidade.

A existência do racismo no ambiente escolar dificulta a construção positiva da identidade negra, já que a escola acaba

reproduzindo a sociedade em suas práticas. Ainda de acordo com Cavalleiro (2003), os professores muitas vezes se omitem perante as discriminações contidas nos livros escolares, comprometendo ainda mais o desenvolvimento de uma identidade positiva em crianças e adolescentes negros. Para superar essa prática pedagógica acrítica, Silva (2005) afirma que professor e aluno devem trabalhar em conjunto para desconstruir representações e ilustrações estereotipadas presentes nos materiais didáticos, o que irá contribuir para o processo de reconstrução da identidade racial.

Quando o professor não considera a diversidade, ele acaba enquadrando seus alunos em uma prática etnocêntrica, que anula os diferentes processos educativos. Logo, urge a necessidade de se orientarem os profissionais que atuam na educação quanto à forma de lidar com a diversidade cultural, de modo que sua prática pedagógica possa (re)educar com vistas a ressaltar as relações étnico-raciais (CAVALLEIRO, 2001).

De acordo com Gomes (2001, p. 89), “por mais avançada que uma lei possa ser, é na dinâmica social, no ambiente político e no cotidiano que ela tende a ser legitimada ou não”. Desta forma, articular educação, raça e cidadania exige mais do que uma mudança conceitual teórica, isto é, configura-se como uma postura política no fazer pedagógico. Não basta conhecer o aluno dentro da sala de aula. É necessário construir vínculos com suas tradições, costumes e valores, pois é a partir desses elementos que o aluno negro se constitui como sujeito em processo de construção das identidades sociais (GOMES, 2001).

3. Histórico da literatura infantil afro-brasileira

De acordo com Jovino (2006), os personagens negros começam a aparecer no contexto histórico-social após o período de escravidão, ao final da década de 1920 e início da década de 1930, a partir de uma literatura estereotipada e depreciativa que evidenciava a condição subalterna do negro.

A beleza negra ressaltada à época era a mestiça de pele clara. A personagem feminina negra era representada de maneira estigmatizada, sempre ocupando o papel de empregada doméstica, com lenço na cabeça e avental, sendo considerada a eterna cozinheira e babá. Jovino (2006, p. 188)

afirma que “certamente [...] podemos nos lembrar da Tia Nastácia, personagem de Monteiro Lobato” que assume um papel de inferioridade sociocultural.

Tia Nastácia conta histórias da tradição oral; no entanto, as demais personagens respondem com críticas constantes, uma vez que não partilham de forma positiva essa expressão cultural. De acordo com Jovino, “já em outros momentos do texto de Monteiro Lobato, Tia Nastácia é descrita como a “negra de estimação”, o que remete à velha frase que ouvimos ainda nos dias de hoje: “é como se fosse da família” (2006, p. 188).

Em 1975, já é possível encontrar uma produção literária infantil comprometida com a vida social brasileira; sendo assim, personagens negros surgem com mais frequência. O tema preconceito racial, até o momento considerado impróprio para crianças e adolescentes, emerge na literatura. No entanto, apesar da preocupação de denunciar o preconceito racial, muitas obras acabam retratando personagens negros de forma desprestigiada em relação aos aspectos raciais, estéticos e sociais (JOVINO, 2006).

Para Souza (2005), a principal produção literária representante daquela época é a obra “E agora?”, de Odete B. Mott, cuja protagonista, Camila, filha de pai branco e mãe negra, não aceita sua origem negra, negando, assim, sua identidade e família. O livro estabelece hierarquias estéticas: a beleza da protagonista é valorizada porque a personagem possui pele clara e olhos verdes. Em virtude de seu perfil estético, Camila realiza trabalhos leves e recebe incentivo para voltar a estudar. Já suas irmãs, que possuem tonalidade de pele mais escura, realizam trabalhos braçais como empregadas domésticas, não tendo a oportunidade de estudar.

A partir da década de 1980, os livros começam a representar suas personagens negras de forma diferente; ocorre, portanto, um rompimento com o paradigma vigente até então, que era o de deturpação da personagem feminina negra e da cultura africana. Os enredos passam a abordar a busca das personagens por uma identidade positiva. De acordo com Domingues (2007), nesse período, o Movimento negro Unificado mobilizou uma luta antirracismo também na esfera educacional, reivindicando uma revisão dos conteúdos presentes

nos livros didáticos, de maneira a combater uma ordem social excludente.

Contemporaneamente, algumas obras literárias dirigidas ao público infanto-juvenil buscam desconstruir modelos de representações que inferiorizam o negro e sua cultura. Essas obras apresentam tais personagens em situações cotidianas, exercendo diversos papéis sociais. Desta forma, ocorre o resgate de sua origem a partir da valorização de sua cultura, percebido, por exemplo, por meio da representação das religiões de matriz africana, o que rompe com estereótipos presentes nas narrativas anteriores (JOVINO, 2006).

Nesse contexto, Machado (2006) defende que os mitos e as organizações dos rituais são transmitidos por meio da oralidade, agregando

conhecimento, valores e princípios que são experienciados ritualisticamente ao longo da vida. Deste modo, as lembranças reverenciam os ancestrais, e é esta essência que sustenta a organização comunitária, uma vez que não há separação entre o presente e o passado.

3.1 “O cabelo de Lelê”

O livro infantil “O cabelo de Lelê” (ver Figura 1) foi publicado no ano de 2007 pela editora Nacional. A obra, que é de autoria da escritora Valéria Belém e conta com ilustrações de Adriana Mendonça, foi escolhida por constar na lista disponibilizada pela Secretaria Municipal de Educação de Araras-SP, que cataloga em seu acervo literário livros infantis que trabalham a temática racial¹.

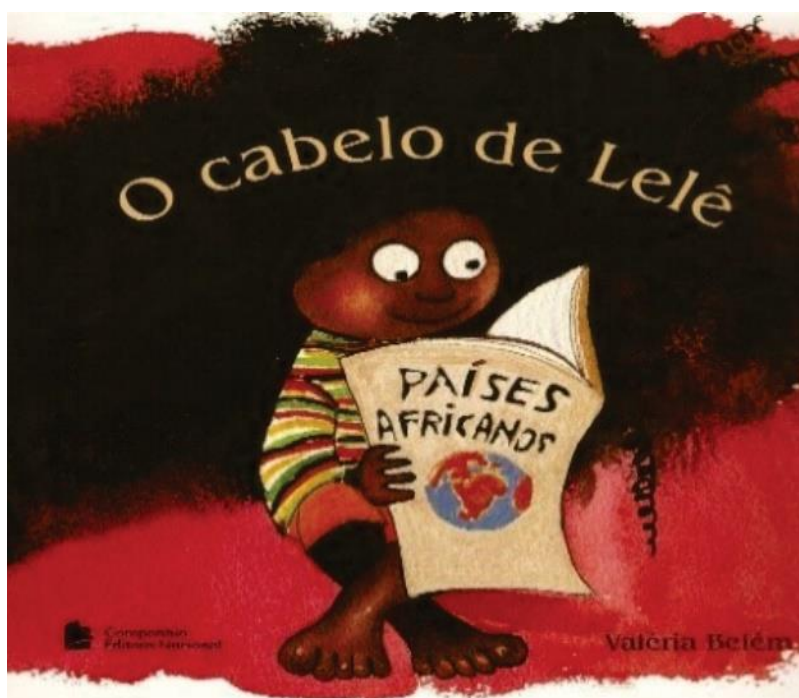


Figura 1: Capa do Livro “O cabelo de Lelê”.

Fonte: Belém (2007a).

O enredo do livro apresenta uma criança afrodescendente que questiona o porquê de seu cabelo ser cacheado, revelando, deste modo, que ela deseja saber a origem de tantos cachinhos, pois ela joga para um lado e para outro e ele não fica “bom”. De acordo com Gomes (2003), o cabelo é um dos elementos que compõem a identidade

negra, um símbolo dessa cultura. No entanto, as representações estéticas mais aceitas na sociedade tendem a anular as diferenças, de maneira que o negro deve se apresentar de uma forma mais “aceitável”, utilizando, para tanto, técnicas de pentear e alisar os cabelos.

¹ Com base na lista, foi selecionado um livro que constava como referência bibliográfica em Educação Infantil e práticas

promotoras da igualdade racial (SILVA JÚNIOR; BENTO; CARVALHO, 2012), tendo a obra uma narrativa adequada para crianças na faixa etária de três a cinco anos.

A partir da leitura do livro “Países Africanos”, Lelê se depara com a história da África. Imersa nessa trama de medo, guerras, sonhos e amor pelo cabelo, Lelê reconhece todo o simbolismo e a origem de seu cabelo.

A Figura 2 a seguir, ilustra o momento em que Lelê observa no livro os vários penteados de matriz africana utilizados por crianças, o que a

deixa muito alegre. Desta forma, ela se reconhece como parte de uma cultura e passa a atribuir valor à sua herança étnica. “Lelê já sabe que em cada cachinho existe um pedaço de sua história” (BELÉM, 2007, p. 26). Gomes (2003) reitera essa questão ao afirmar que o cabelo negro possui uma memória ancestral.



Figura 2: Lelê observa os penteados africanos.

Fonte: Belém (2007b, p. 12).

Como já assinalado, a construção da identidade é algo que permeia a Educação Infantil. Nessa fase, o desenvolvimento da criança, que está em formação de seu próprio “eu”, é relacionado a fatores externos, ocorrendo, portanto, por meio da socialização (BRASIL, 1998). De acordo com o Caderno de Orientações Didáticas - Educação Étnico-racial Ciclo I (BRASIL, 2010), a literatura pode contribuir nesse processo, a partir de narrativas que se aproximem da realidade do leitor, de maneira que ele possa refletir e reconstruir seu papel social.

Nesta perspectiva, a literatura infantil afro-brasileira colabora para a construção de um imaginário infantil em que a criança se sente representada em um enredo cujo personagem principal é negro, o que permite que ela reconheça sua origem e construa uma identidade positiva de si (SILVA, 2010).

Essas considerações ressaltam que o livro “Países Africanos” trata do tema racial de forma sábia, uma vez que o conhecimento adquirido nele poderia ser complementado por um familiar mais velho de Lelê, como sua mãe ou sua avó. Tal como salienta Machado (2006), a tradição oral constitui-se em uma grande escola dos povos de origem africana. O contador de histórias é um grande mestre que ensina crianças, jovens e adultos; sendo assim, as histórias servem como mapas que orientam os sujeitos, não por meio da imposição de regras, mas da transmissão de ensinamentos.

Após a leitura do livro “Países Africanos”, Lelê aparece com diversos penteados. “O cabelo negro é pura magia encanta o menino e a quem se avizinha” (BELÉM, 2007, p. 24). Esse reconhecimento racial da personagem contribui para a construção da identidade do pequeno leitor, uma vez que esse processo ocorre de maneira

dinâmica ao longo de diversas transformações inconscientes, tal como exposto por Hall (2006). Bettelheim (2012) reitera essa questão ao afirmar que a literatura auxilia no desenvolvimento emocional da criança, oferecendo uma nova dimensão da realidade que ela não poderia descobrir sozinha.

Ao final do enredo, a personagem se encontra abraçada a meninas de outras etnias. Neste momento, a autora interpela o leitor: “Lêle ama o que vê! E você?” (BELÉM, 2007, p. 29). Com base nesse questionamento, é importante ressaltar que, de acordo com o as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2009), cabe ao professor promover atividades que articulem as crianças em sua diversidade (BRASIL, 2009).

Quando o professor ignora a diversidade cultural do Brasil e a heterogeneidade de seus alunos, ele cria um espaço que impossibilita a comunicação. Do mesmo modo, ao utilizar um aluno afrodescendente como exemplo para saciar a curiosidade dos demais com relação à sua cultura, o professor estigmatiza a intimidade da criança (PRIETO, 1999).

Sendo assim, Silva (2012) considera que a Educação Infantil pode promover a interação respeitando-se a diversidade cultural, com o intuito de construir um cidadão consciente da pluralidade cultural presente em nosso país. Assim, nesse processo de ensino e aprendizagem, o educador se torna agente transformador da sociedade.

A utilização do livro “O cabelo de Lelê” no ambiente escolar propõe a interculturalidade crítica – termo adotado por Walsh (2009) – na prática pedagógica. Assumir a interculturalidade crítica como um eixo pedagógico significa reconhecer o problema estrutural-colonial-racial existente, que coloca os afrodescendentes em um patamar de inferioridade social. Nesse contexto, a educação adquire um sentido político reivindicatório de inclusão, propondo, desta forma, uma descolonização por meio de uma práxis pedagógica crítica e emancipadora.

Como ressaltam Mariosa e Reis (2011), considerando-se que o ambiente escolar tem grande importância no processo de construção da identidade, e tendo a literatura infantil como um dos recursos da prática pedagógica, o trabalho com

obras literárias deve ser diversificado para que se possa contemplar a pluralidade cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da identidade racial na primeira infância é algo que necessita de grande atenção na sociedade atual, que infelizmente mantém resquícios do processo de colonização em suas estruturas sociais, recusando-se a reconhecer as diferenças. Nesse contexto, o sistema educacional tem servido como artifício para manter a ordem social, não permitindo que crianças afrodescendentes construam uma identidade negra.

Durante o desenvolvimento do presente trabalho, houve dificuldades para encontrar um livro de literatura infantil que trabalhasse a temática racial com crianças na faixa etária de três a cinco anos, uma vez que a maioria dos livros pesquisados apresentam narrativas extensas, o que não favorece a leitura em sala de aula.

As pesquisas realizadas mostraram que a literatura infantil afro-brasileira ainda é incipiente; permanece, portanto, o desafio de enriquecê-la no sentido de se contribuir para a construção de uma identidade racial por intermédio da literatura, fazendo-se cumprir, desta forma, as disposições presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Implementação das Relações Étnico-Raciais (2004)

A literatura infantil exerce grande influência na construção da identidade, pois é por meio dela que a criança personifica seus anseios infantis em um enredo em que ela se sente representada. Assim sendo, a escola deve oferecer a seus educandos o contato com a literatura infantil afro-brasileira, que contemple heróis negros e cultura africana, tanto para que haja a compreensão e a valorização da diversidade cultural originária da África quanto para que crianças afrodescendentes possam desenvolver uma imagem positiva de si, construindo, desta forma, uma identidade racial desde a primeira infância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELÉM, V. **O cabelo de Lelê**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

_____. **O cabelo de Lelê**. Ilustrações: Adriana Mendonça. São Paulo: IBEP, 2007a. Capa.

_____. **O cabelo de Lelé**. Ilustrações: Adriana Mendonça. São Paulo: IBEP, 2007b. p. 12.

BETTELHEIM, B. **A psicanálise dos contos de fada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

BRASIL, **Caderno de Orientações Didáticas: Educação Etnicorracial – Ciclo I**. São Paulo: SME/DOT, 2010.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 19 set. 2015.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: SECAD/ME, 2004.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: SECAD/SEPPPIR, 2009.

_____. Presidência da República. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 25 nov.2015.

CARVALHO, S. P. de. Os primeiros anos são para sempre. In: BENTO, M. A. S. (Org.). **Educação infantil, igualdade racial e diversidade**: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: Centro de Estudos das

Relações de Trabalho e Desigualdades, 2012. p. 81-114. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11283-educacao-infantis-conceituais&Itemid=30192>. Acesso em: 13 set. 2015.

CAVALLEIRO, E. (org.). **Racismo e anti-racismo na educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.

CAVALLEIRO, E. **Do Silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

DOMINGUES, P. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Revista Tempo** [online], v. 12, n. 23, 2007, p. 100-122. ISSN 1413-7704. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução Renato da Silveira. Salvador: Edufba, 2008.

GOMES, N. L. Educação cidadã, étnica e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: CAVALLEIRO, E. (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação**: repensando nossa escola. 6. ed. São Paulo: Selo Negro, 2001. p. 83-96.

_____. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, v. 29, n. 1, p.167-182, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a12v29n1.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2015.

HALL, S. **Identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: Dp&a, 2006.

JOVINO, I. da S. Literatura infanto-juvenil com personagens negros no Brasil. In: SOUZA, F.; LIMA, M. N. **Literatura afro-brasileira**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. p. 177-217. Disponível em:

<<http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/EX002.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2015.

MACHADO, V. Tradição oral e vida africana e afro-brasileira. In: SOUZA, F.; LIMA, M. N. (Org.). **Literatura afro-brasileira**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. p. 77-112. Disponível em: <<http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/EX002.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2015.

MARIOSIA, G. S.; REIS, M. da G. dos. A influência da literatura infantil afro-brasileira na construção das identidades das crianças. **Estação Literária**. Londrina, v. 8, parte A, p. 42-53, 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/pos/letras/EL/vagao/EL8AArt06.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2015.

NASCIMENTO, E. L. Sankofa: educação e identidade afrodescendente. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação**: repensando nossa escola. 6. ed. São Paulo: Selo Negro, 2001. p. 97-113.

PRIETO, H. **Quer ouvir uma história?**: lendas e mitos no mundo da criança. São Paulo: Angra Ltda, 1999.

ROMÃO, J. O educador, a educação e a construção de uma auto-estima positiva no educando negro. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação**: repensando nossa escola. 6. ed. São Paulo: Selo Negro, 2001. p. 161-194.

SANTOS, I. A. dos. A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial: alguns caminhos. In: CAVALLEIRO, E. (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação**: repensando nossa escola. 6. ed. São Paulo: Selo Negro, 2001. p. 97-113.

SILVA, A. C. da. A Desconstrução da Discriminação no Livro Didático. In: KABENGUELE, M. **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 21-38. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf>. Acesso em: 11 set. 2015.

SILVA J. H. Anotações conceituais e jurídicas sobre educação infantil, diversidade e igualdade racial. In: BENTO, M. A. S. (Org.). **Educação infantil, igualdade racial e diversidade**: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades, 2012. p. 65-79. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11283-educacao-infantis-conceituais&category_slug=agosto-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 13 set. 2015

SILVA JÚNIOR, H.; BENTO, M. A. S.; CARVALHO, S. P. de. **Educação infantil e práticas promotoras de igualdade racial**. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT : Instituto Avisa Lá - Formação Continuada de Educadores, 2012. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11284-revistadeeducacaoinfantil-2012&Itemid=30192> Acesso em: 13 set.2015.

SILVA, M. R. A literatura infanto-juvenil de matriz afro-brasileira. **Cadernos Imbondeiro**. João Pessoa, v.1, n.1, 2010.

WALSH, C. Seminário “*Interculturalidad y Educación Intercultural*”. In: INSTITUTO INTERNACIONAL DE INTEGRACIÓN DEL CONVENIO ANDRÉS BELLO, La Paz, 9-11 mar. 2009. Disponível em: <<https://docs.google.com/document/d/1GLTsUp2CjT5zIj1v5PWtJtbU4PngWZ4H1UukNc4LIIdA/edit>>. Acesso em: 13 set.2015.